



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

JANAÍNA MELO DE OLIVEIRA

GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: Uma revisão Sistemática da
Literatura

SERRA TALHADA – PE

2022

JANAÍNA MELO DE OLIVEIRA

**GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: Uma revisão Sistemática da
Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharela em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Suiane Valença Brandão

SERRA TALHADA – PE

2022

GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: Uma revisão Sistemática da Literatura

Janaína Melo de Oliveira

jhany840@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade
Acadêmica de Serra Talhada, Curso de Bacharelado em
Administração

Suiane Valença Brandão

suiane.brandrao@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade
Acadêmica de Serra Talhada, Curso de Bacharelado em
Administração

RESUMO

A educação é a base para o indivíduo se tornar um cidadão provido de discernimento para exercer seu papel na sociedade. A Governança Pública na área educacional deve seguir as premissas constitucionais, as quais determinam os direitos fundamentais dos cidadãos. O objetivo da pesquisa é analisar o Estado da Arte voltado à associação temática entre a governança pública e a educação básica no Brasil, a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura no Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa é do tipo descritivo, adotando-se a abordagem qualitativa. Foi inicialmente realizada uma busca sobre a temática de Educação Básica no Brasil para a construção da seção de fundamentação teórica. Após o filtro de revisados por pares restaram 20 trabalhos, os quais serviram de base para o estudo. Cada artigo mostra as peculiaridades dos problemas gerados na área educacional, reforçando que a temática ainda tem múltiplos desafios a serem vencidos e fenômenos a serem estudados, desnudando a ineficiência do sistema de Governança Pública na Educação no Brasil. Como continuidade nos estudos sobre o tema, tendo em vista que as falhas da Governança na Educação Básica do Brasil têm se mostrado crônicas e carecem de reparos urgentes, sugere-se que estudos futuros sejam focados em Pesquisas Quantitativas sobre a Governança Pública e Políticas Públicas Educacionais. A sociedade precisa de resultados na área educacional com mais consistência, com escolas públicas ofertando ensino de qualidade e que estejam aptas a formar indivíduos capazes de mudar a realidade do país.

Palavras-chave: Governança Pública, Educação, Diretrizes da Educação Básica.

ABSTRACT

Education is the basis for the individual to become a citizen with discernment to exercise his role in society. Public Governance in the educational area must follow the constitutional premises, which determine the fundamental rights of citizens. The objective of the research is to analyze the State of the Art focused on the thematic association between public governance and basic education in Brazil, based on a Systematic Review of Literature in the Portal de Periódicos da CAPES. The research is descriptive, adopting a qualitative approach. Initially, a search was carried out on the theme of Basic Education in Brazil for the construction of the theoretical foundation section. After the peer-reviewed filter, 20 papers remained, which served as the basis for the study. Each article shows the peculiarities of the problems generated in the educational area, reinforcing that the theme still has multiple challenges to be overcome and phenomena to be studied, revealing the inefficiency of the Public Governance system in Education in Brazil. As a continuation of studies on the subject, bearing in mind that failures in Governance in Basic Education in Brazil have been chronic and need urgent repairs, it is suggested that future studies be focused on Quantitative Research on Public Governance and Policies Public Education. Society needs results in the educational area with more consistency, with public schools offering quality education that are able to train individuals capable of changing the reality of the country.

Keywords: Public Governance, Education, Basic Education Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

A educação é a base para o indivíduo se tornar um cidadão provido de discernimento para exercer seu papel na sociedade. É direito fundamental de cada pessoa ter uma educação que atenda, não só as necessidades básicas, mas também que dê efetividade, no que diz respeito ao aprendizado contínuo, habilitando-o para contracenar na sociedade de igual para igual, independente da sua condição social (FRIGOTTO; CIAVATA, 2003).

A Educação no Brasil foi moldada com base nos contrastes sociais vivenciados ao longo da história, bem como nas diferentes formas de lideranças políticas e sociais (Colonialismo, Imperialismo, República), levando em consideração as particularidades culturais, econômicas, sociais, ambientais dos cidadãos que vivem no país (MARQUES, 2014). No âmbito escolar, muitos problemas institucionais e sociais são solucionados por meios judiciais ou como meros problemas pontuais (RESENDE; SCHILLING, 2018).

Diante dessa realidade, podemos enxergar uma urgente necessidade em identificar e desenvolver mecanismos de Governança e Gestão, os quais só serão efetivos com a ajuda de um corpo técnico, ou seja, de profissionais que entendam de Gestão e Governança. É necessário verificar se, de fato, os resultados dos Planos de Ação estão em consonância com as diretrizes exigidas pelo Governo Federal. Com base nesse questionamento, é pertinente à população ter conhecimento e acompanhar o processo de interação entre os atores envolvidos, bem como identificar se há transparência do Governo no que diz respeito aos recursos financeiros disponíveis e se sua divulgação é acessível e, principalmente, se as ações estão gerando impacto positivo no desenvolvimento social do país.

Governança Pública, segundo o Decreto Nº 9.203, de 22 de Novembro de 2017, é: “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2017, Art. 2º, inciso I).

A Governança Pública na área educacional deve seguir as premissas constitucionais, as quais determinam os direitos fundamentais dos cidadãos. Para que haja uma Boa Governança em Políticas Públicas, é preciso que todas as características que envolvam o processo sejam cumpridas, são elas: Transparência, *Accountability*, participação, equidade e inclusão, orientação e consensos, responsividade, eficiência e efetividade, Estado de Direito (BRASIL, 2014).

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar o Estado da Arte voltado à associação temática entre a governança pública e a educação básica no Brasil, a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura no Portal de Periódicos da CAPES.

Em consonância com o objetivo proposto, a Fundamentação Teórica do presente artigo subdividiu-se em duas subseções. A seção tratou da Governança Pública e seus desdobramentos, e a segunda seção tratou da Educação Básica no Brasil, seu contexto e evolução ao longo dos anos. A seção de metodologia tratou de apresentar o protocolo de pesquisa adotado, o qual envolveu uma revisão sistemática de literatura. Em seguida, foram apresentados os principais resultados e as discussões que suscitaram deles e, por fim, são apontadas as considerações finais, seguidas das referências deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a construção da seção da fundamentação teórica, foram utilizados referenciais teóricos do Tribunal de Contas da União e dos artigos que emergiram da busca sistemática no Portal de Periódicos da CAPES.

2.1 Governança Pública

Segundo o Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, o conceito de Governança Pública é: “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2017, Art. 2º, inciso I). O Tribunal de Contas da União (TCU) fortaleceu o conceito de Governança Pública em seu trabalho “Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas”, observando que a mesma não se limita apenas a executar as políticas públicas, mas também precisa criá-las e acompanhar os seus efeitos. Tudo isso deve acontecer envolvendo os atores discutindo interesses e primando pela transparência das ações governamentais (BRASIL, 2014).

A Governança Pública na área educacional deve seguir as premissas constitucionais, as quais determinam os direitos fundamentais dos cidadãos. Sobre a Educação, a Constituição Federal diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Para que a educação seja realizada conforme as leis vigentes, deve haver coerência entre os planos traçados pelos governantes de todas as esferas e entre os governos que os sucedem. Os autores Rehder, Silva e Monteiro (2018) fazem uma reflexão quanto às instabilidades políticas nos casos de

governos que não realizam uma transição de forma democrática, seguindo as leis e as necessidades dos indivíduos. Os mesmos ainda falam que esse processo de ingerência acaba impactando na aplicação de recursos na área educacional, não cumprindo com as agendas e retirando os direitos básicos de acesso à educação de crianças e adolescentes. Tripodi, Peres e Alves (2022), defendem a ideia de que é preciso acompanhar os processos educacionais, verificando como os recursos financeiros estão sendo usados, se há qualidade na oferta do ensino e se está atendendo às demandas, pois só assim será possível de haver um país mais inclusivo.

Para que as necessidades na área da Educação fossem desenvolvidas, foram criados fundos que destinassem verba específica para a pasta. A 1ª geração da política de Fundo de Financiamento criado foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006. Já na 2ª geração vigorou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o mesmo tinha caráter provisório (2007-2020). Em um terceiro momento ou 3ª geração, foi aprovado o FUNDEB de forma definitiva (EC nº 108/2020). Embora tenham sido traçadas metas nos dois momentos do FUNDEB, os atores e arranjos se articularam de forma distintas (TRIPODI; PERES; ALVES, 2022). Ficou difícil cumprir as metas por causa da falta de orçamento dos estados e municípios. Com a chegada da pandemia, esse problema foi potencializado, onde grande parte dos recursos recebidos teve que ser destinados ao combate da covid-19.

Para Alves e Silva (2013), a maneira como é mensurada a realidade do ensino nas esferas federal e estadual diferem da realidade encontrada na esfera municipal, não levando em consideração as desigualdades encontradas. Isso se deve ao fato de sermos um país historicamente e culturalmente desigual. Os autores enfatizam o aumento dos sistemas de informações educacionais, os quais mostram onde os problemas se apresentam, norteando os gestores a criarem as devidas políticas públicas necessárias para sanar as desigualdades.

O Estado, pensando em otimizar os gastos e descentralizar as responsabilidades administrativas, começa a criar métodos avaliativos para mensurar os resultados e ter direcionamento para criar novas políticas públicas. Exemplos dessa prática é a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1990 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007 (SCHNEIDER; RIBEIRO, 2020). Os autores pontuam ainda a intenção do Governo Federal em dar suporte técnico e financeiro, interagindo com os outros entes da Federação, determinando metas para as instituições de ensino por meio de participação democrática. Fortalecendo esse conceito, há uma preocupação em também avaliar os autores que gerenciam as redes de ensino e os professores, aumentando o uso da ferramenta *accountability*. Essa ferramenta ajuda a mensurar os serviços prestados, os quais devem gerar o aumento da qualidade do ensino e o alcance das metas desejadas

(SCHNEIDER; RIBEIRO, 2020). É importante frisar que a ferramenta *accountability* não é um meio de punição para quem não cumpre as metas, mas para detectar erros e orientar na correção dos mesmos (BRASIL, 2014).

Sobre os professores e seu papel social e político, Guedes (2019) destaca que os mesmos são peças fundamentais para a implementação das propostas pedagógicas no ensino e a infinita preocupação com a formação efetiva desses professores e que este fato reflete diretamente nos níveis de qualidade do ensino. Há uma preocupação quanto às novas políticas educacionais e a nova política de formação de professores, onde recentemente o Governo usou do poder que tem para atender interesses particulares e exigidos pelo mercado, desestabilizando um projeto de educação baseado na responsabilidade social, política e cultural (GUEDES, 2019).

A Formação inicial e continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica precisa estar em harmonia com o Plano Nacional da Educação (PNE) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), buscando a valorização desses profissionais e lhes proporcionando melhores condições de trabalho, remuneração compatível com seu nível de conhecimento e seguindo o piso salarial, dando oportunidade de ascensão na carreira com um Plano de Cargos e Carreira justo, formação apropriada e contínua, ingresso por meio de concurso público (SILVA; NUNES, 2021). Silva e Nunes (2021) ainda argumentam que tudo isso só é possível se houver vontade e estratégias por parte dos Governos em definir as políticas de acordo com as Diretrizes e metas previstas no PNE vigente. Há uma preocupação dos mesmos sobre o recente desmonte da Educação em nosso país.

Na busca por alternativas eficientes de gestão na Educação, Adrião (2014) nos mostra um modelo de Educação utilizado nos Estados Unidos (o modelo *Charter schools*), o qual traz uma proposta dinâmica, que envolve parcerias entre o setor público e privado, propondo a terceirização dos serviços educacionais. Podem ser tanto escolas privadas sendo financiadas pelo setor público, como podem ser escolas públicas sendo gerenciadas pela iniciativa privada, contanto que não gerem despesas aos usuários e que as famílias possam fazer a escolha. À iniciativa privada cabe a responsabilidade de gerenciar as instituições que aderirem ao modelo. Já ao Estado cabe medir o desempenho das instituições através de avaliações e acompanhar o cumprimento das metas determinadas, com o intuito de orquestrar possíveis políticas públicas e sua aplicação.

Tendo em vista que a governança em políticas públicas é o agrupamento de elementos institucionais que se embasam para criar, pôr em prática e acompanhar seus resultados, buscando melhorar a qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2014), é pertinente que haja interação entre as escolas de administração e as redes de ensino, para tornar a gestão do ensino básico mais eficiente, não só pela ótica dos recursos financeiros, econômicos ou de pessoas, mas também nos estudos do âmbito social. A multidisciplinaridade é muito válida e deve

acontecer, para que as políticas de educação sejam reformuladas de maneira técnica e eficaz (MEDEIROS *et al.*, 2011). Em seus estudos, Oliveira, Nunes e Guedes (2020) apresentam evidências de que a governança educacional não funciona como pede a Legislação brasileira, isso por que o processo de governança não consegue suprir as diversas necessidades sociais existentes em nosso país. Eles ainda falam que é difícil mensurar os avanços na qualidade do ensino no Brasil, sugerindo a criação de “indicadores globais dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, buscando proporcionar uma educação equânime e inclusiva.

Para que haja uma boa governança em políticas públicas, é preciso que todas as características que envolvam o processo sejam cumpridas, são elas: Transparência, *Accountability*, participação, equidade e inclusão, orientação e consensos, responsividade, eficiência e efetividade, estado de direito (BRASIL, 2014). Surge então um novo conceito de se fazer uma boa governança, a governança multinível. Trata-se de um modelo de governança descentralizado, onde há interação entre os diferentes níveis de Governo, tornando as decisões mais participativas (BRASIL, 2021). No Brasil, esse conceito é importante para mensurar as ações desenvolvidas pelo Governo, avaliando se houve sucesso ou não nas políticas públicas (BRASIL, 2014).

2.2 Educação Básica

Os primeiros passos da educação no Brasil aconteceram no período da colonização, onde os religiosos católicos foram responsáveis pela catequização dos povos originários (indígenas) e da educação da classe dominante, os colonizadores. Com base nas ideologias educacionais europeias, o ensino era sofisticado, porém submisso ao sistema social tradicional, seguindo uma espécie de hierarquia social e combativa à originalidade (OLIVEIRA, 2004). Os jesuítas forneceram uma educação com ideologias religiosas e sociais limitadas, homogênea, a qual foi significativamente modificada a partir de 1759, através da Reforma Pombalina. O ensino passou a ser mais abrangente, sofrendo influência da chegada do iluminismo em Portugal (OLIVEIRA, 2004).

Com a vinda da Família Real em 1808, a cultura começou a se disseminar e novas formas de acesso ao conhecimento foram surgindo através de museu, biblioteca, imprensa, cursos superiores considerados relevantes. A partir do ano de 1834, houve uma descentralização administrativa e o ensino no Brasil foi dividido em duas fases: o ensino primário/médio, dirigido pelas províncias e o secundário, dirigido pelo poder central. O ensino primário era precário e sem recursos para geri-lo com qualidade. O ensino central (Superior) recebia mais

recursos e atendia a elite, excluindo os cidadãos que não tinham recursos financeiros (OLIVEIRA, 2004).

A descentralização do ensino só aconteceu quando foi criada a primeira Constituição da República, em 1891, diminuindo assim a distância entre indivíduos de classes sociais diferentes. Houve muito debate sobre como deveria se tornar o ensino, porém, também houve muita resistência das classes superiores economicamente em democratizar o ensino. Somente em 1932, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, houve uma reelaboração na educação do país, tornando-o mais acessível. A partir daí, o Estado deveria assumir o papel de organizador do ensino, atingindo todas as camadas sociais de forma eficiente (OLIVEIRA, 2004).

Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases Curriculares da Educação Nacional (LDB), no Governo de João Goulart. Mas foi no início da década de 90 que aconteceu uma ampliação efetiva do acesso ao ensino, atingindo as classes socialmente vulneráveis, lhes dando mais oportunidades de aprendizado para seguir os estudos até o nível superior (OLIVEIRA, 2004). Já para Frigotto e Ciavata (2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nasce numa época política onde o poder executivo defendia o Estado mínimo, portanto, não havia interesse em investir numa educação mais ampla, onde os cidadãos pudessem ser preparados para pensar e agir de forma autônoma. O capitalismo era marca do Governo FHC (anos 90), havendo o desmonte do Estado em prol do desenvolvimento econômico. Sendo assim, a educação foi fortemente afetada, tendo em vista que os órgãos do Governo responsáveis por elaborar e fiscalizar as diretrizes educacionais eram manipulados segundo à vontade do Executivo.

Na era FHC a educação foi precarizada, criando-se campanhas apelativas, como: “amigos da escola”, “padrinhos da escola”, “adote uma escola”, as quais transferiam a responsabilidade do Estado para organizações filantrópicas. Esse modelo de gestão acabou reduzindo as políticas públicas educacionais, reduzindo a qualidade do ensino e a desvalorizando os profissionais da educação (FRIGOTTO; CIAVATA, 2003).

Ainda sobre a evolução educacional no Brasil, Marques (2014) explica que, a educação no Brasil foi moldada com base nos contrastes sociais vivenciados ao longo da história, bem como nas diferentes formas de lideranças políticas e sociais (Colonialismo, Imperialismo, República), levando em consideração as particularidades culturais, econômicas, sociais, ambientais dos cidadãos que vivem no país. Marques (2014) traz em seus estudos a ideia de que o Brasil não conseguiu atingir índices de excelência em educação como deveria, principalmente na educação básica.

A educação básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Essa lei estrutura o ensino em todas as esferas, definindo as diretrizes e princípios a serem seguidos.

2.3 Diretrizes para a Educação Básica no Brasil: Dificuldades e Limitações

Sendo o Brasil um país tão diverso, as dificuldades e limitações para planejar, desenvolver, acompanhar e controlar os Planos de Ação na Educação se prende à complexidade que é atender as demandas do público em geral. As tentativas ao longo dos anos não conseguem manter uma consistência, gerando resultados muito pequenos quando se comparados com os investimentos realizados (MARQUES, 2014).

O Brasil criou vários programas que estabeleciam os Planos de Ação na área educacional, como, por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), o Programa de Desenvolvimento da Educação (2007-2022) e o Plano Nacional de Educação – PNE (com vigência de 10 anos). Contudo, tem uma dificuldade em colocar em prática e dar continuidade ao conteúdo elaborado. Há um enorme esforço e investimento em divulgação desses programas, no entanto não há efetividade nos resultados almejados (MACHADO, 2007).

O PNE cumpre o que determina a Constituição Federal, em seu Art. 214, onde se lê:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988, P. 125).

Considerado o Plano mais importante em vigor, o PNE está regulamentado pela lei 3.005/2014, o qual possui Diretrizes que buscam universalizar a oferta do Ensino Básico no Brasil e trabalham em regime de colaboração entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, buscando atender às demandas educacionais e sociais do país. O PNE está dividido em duas etapas, as diretrizes e as metas (BRASIL, 2014).

Segundo a Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), as diretrizes são dez e servem para sanar os problemas existentes, como por exemplo: analfabetismo, desigualdades sociais, má qualidade da

educação pública, desvalorização dos profissionais. Além disso, propõe princípios de gestão democrática na educação pública, do respeito aos direitos humanos, da sustentabilidade, do campo socioambiental, promovendo o respeito aos direitos humanos e à diversidade. A proposta é ter uma educação pública com equidade, erradicando todas as formas de discriminação, oferecendo um ensino com elevado nível de aproveitamento.

Seguindo a orientação da mesma lei 13.005 (BRASIL, 2014) foram traçadas as metas, as quais buscam chegar ao objetivo desejado que é oferecer um ensino mais universal, atingindo o máximo de alfabetização e escolarização em todas as fases da vida educacional dos indivíduos. Para que isso aconteça, são determinadas datas e índices desejáveis de forma gradual e contínua, ao mesmo tempo em que é melhorada a qualidade dos serviços prestados e suas respectivas estruturas, sejam elas físicas ou intelectuais.

São muitos os impasses para se chegar a uma educação mais consistente, para isso é muito importante identificar quais os maiores causadores de problemas. Medeiros *et al.* (2011), mostram que existem três desafios a serem solucionados: a universalização do ensino, a qualidade na prestação dos serviços educacionais e a desigualdade social que ainda perdurando país. A universalização propõe que todas as faixas etárias tenham acesso à educação, tornando o ensino contínuo e atingindo o máximo de pessoas possível, em suas várias camadas sociais. A qualidade torna-se essencial para que os jovens desenvolvam seus conhecimentos de acordo com cada série cursada, evitando passar de um ano para outro sem o mínimo de aprendizagem. Já a desigualdade social acaba desestruturando o ciclo educacional, tornando o sistema educacional um reprodutor de seleção socioeconômica na sociedade. Sendo assim, é interessante manter o equilíbrio entre quantidade, qualidade e equidade.

Para Costin (2020), as dificuldades em acesso e atraso escolar não são a única preocupação recentemente. Mesmo existindo mais vagas disponíveis nas escolas e alguns avanços, os alunos frequentam as aulas, mas não conseguem absorver o conteúdo. Isso é bastante contraditório e precisa ser melhorado com urgência. Já Machado (2007) explica que, a alfabetização é fictícia, precária e cheia de vícios. Os alunos são ensinados a escrever, mas não a compreender o que se escreve. Aprendem a fazer cálculos, mas não sabem explicar o que tal tarefa significa. As crianças nem sempre são alfabetizadas na idade correta, potencializando a falta de aprovação com qualidade no ensino básico.

Uma realidade sobre a administração de recursos na educação é mostrada pelo autor Machado (2007), onde ele cita a questão da má gestão dos recursos disponíveis, mostrando que existe centralização na escolha e distribuição dos livros didáticos, por exemplo. Não há discussão sobre o tipo de material adequado à realidade das escolas junto com o corpo docente, a distribuição deixa a desejar na entrega dentro dos prazos durante o ano letivo e muitas vezes

esses livros nem chegam ao destino e são descartados sem ao menos serem utilizados. Essa é uma falha administrativa que acaba interferindo nos resultados esperados. Os investimentos acabam diluindo o planejamento e sua execução.

Outro ponto importante, em se tratando de interação entre os atores envolvidos, é a participação ativa da sociedade na elaboração de políticas públicas educacionais. Para Adriani e Azeredo (2020), quando a sociedade participa de forma democrática, as ações se voltam para o coletivo, atendendo às necessidades de todos. Para isso, é importante ensinar à população a ser mais crítico, participativo e conhecedor de seus direitos. O ensino deve ser aprimorado desde o ensino fundamental, para tornar os cidadãos mais conscientes do seu papel na sociedade, tornando-os coautores dos processos educativos. A própria LDB deixa explícito o seu desejo de que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996).

Autores como Pradel e Dáu (2009) já defendiam a ideia de que o currículo escolar deveria ter em sua grade o ensino voltado para valores, não só de forma teórica, mas que o próprio ambiente escolar fosse modelo de respeito à pluralidade que existe em nosso país. É muito importante que haja interação entre os atores envolvidos (indivíduos e os sistemas e organizações educacionais), transformando métodos tradicionais limitados em uma vivência escolar mais abrangente, baseada na ética, moral e respeito à diversidade. Por exemplo, quando os responsáveis pelos alunos estão alheios às regras de ensino e de convívio escolar, acabam perdendo a oportunidade de participar da formulação de políticas voltadas à melhoria dos processos e tomadas de decisão para que o ambiente escolar seja plural e inclusivo (RESENDE; SCHILLING, 2018).

Para que o ensino se tornasse melhor, foram criados sistemas de avaliação, os quais ajudariam a criar novas políticas públicas, de acordo com as necessidades detectadas. Mas há uma contradição quando se fala em mensuração da qualidade do ensino. A forma de avaliar essa qualidade nem sempre retrata a realidade amplamente. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, avalia apenas o fluxo escolar e a média das avaliações (Prova Brasil e Saeb), deixando de analisar as condições socioeconômicas, ambientais, psicológicas e culturais (GIL, 2021).

Para Frigotto e Ciavata (2003), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é arbitrário e impositivo, não avaliando de fato os processos de ensino, contradizendo as políticas públicas dos próprios órgãos do Governo. Serve apenas para mostrar as estatísticas da educação, sem se aprofundar nos problemas existentes no sistema. Complementando esse raciocínio de ineficiência e limitação das avaliações Resende e Schilling (2018), acrescenta que as avaliações deveriam levar em conta a sociabilidade escolar entre alunos e professores, alunos e familiares, escola e familiares, alunos entre si e diretores do ambiente escolar.

Outro ponto negativo nas formas de avaliar o ensino é a hierarquização das escolas de acordo com as notas obtidas. Essa prática muitas vezes acaba gerando discriminação, segregando a própria rede de ensino, diferenciando os supostos “melhores” dos “piores” (RESENDE; SCHILLING, 2018). É muito limitador ter que montar um ranking, onde cada escola possui uma realidade com características diversas. Como podemos ter uma escola mais justa e com oportunidades para todos? Como se pode mensurar a qualidade dos professores, do ambiente escolar, dos recursos disponíveis? Um dos desafios da Educação Básica no Brasil é criar Políticas Públicas que atendam a pluralidade socioeconômica dos alunos, tornando-a acessível e com um nível de qualidade satisfatório para todos, preparando esses alunos para uma inclusão na vida social de forma que eles possam ser críticos e participativos (MEDEIROS *et al.*, 2011).

No âmbito escolar, muitos problemas institucionais e sociais são solucionados por meios judiciais ou como meros problemas pontuais (RESENDE; SCHILLING, 2018). Diante dessa realidade, podemos enxergar uma urgente necessidade em desenvolver mecanismos de gestão, o qual só será efetivo com a ajuda de um corpo técnico, ou seja, de profissionais que entendam de gestão. A administração das escolas e das redes de ensino, precisam gerar resultados para a sociedade, ao mesmo tempo em que ofereça um modelo de gestão que otimize seus recursos e dê continuidade às ações estabelecidas, atingindo assim as metas planejadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar o Estado da Arte voltado à associação temática entre a governança pública e a educação básica no Brasil, a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura no Portal de Periódicos da CAPES. Foi inicialmente realizada uma busca sobre a temática de Educação Básica no Brasil para a construção da seção de fundamentação teórica.

Para o levantamento do Estado da Arte sobre Governança Pública na Educação Básica no Brasil, foram aplicados no Portal de Periódicos da CAPES, no campo de busca voltado a assunto, os descritores ‘Governança Pública’ e ‘Educação Básica no Brasil’. A pesquisa foi desenvolvida entre julho e outubro de 2022. A princípio não foram aplicados filtros iniciais. Para auferir maior confiabilidade ao estudo, esta pesquisa optou por selecionar para análise 20 artigos, considerando apenas aqueles revisados por pares e que tinham relação direta com a proposta de estudo.

Quadro 1 - Critérios de inclusão e exclusão

| Crítérios | Inclusão | Exclusão |
|-----------------------------|--|---|
| Natureza da Base de Dados | Base de Dados do Portal de Periódicos CAPE | Base de dados que não fazem parte do Portal de Periódicos da CAPES |
| Natureza do Trabalho | Artigos Científicos | Resumos, Resenhas, Recursos Textuais, Teses, Dissertações, livros e matérias jornalísticas. |
| Ano de Publicação Idioma | De 2013 a 2022 Qualquer idioma. | Sem exclusão de ano. Sem exclusão de idioma. |
| Área do Conhecimento | Governança Pública e Educação Básica. | Todos, exceto os inclusos. |
| Abordagem do Tema | Governança na Educação Básica do Brasil. | Todos os outros. |

FONTE: Quadro elaborado pela autora (2022)

Os critérios de inclusão para o estudo foram adesão ao tema Governança Pública e Educação Básica do Brasil, artigos científicos, publicados em qualquer ano e idioma, e também a não repetição do tema.

Os critérios de inclusão foram adesão ao tema Governança Pública e Educação Básica do Brasil, artigos científicos, qualquer ano e idioma, não repetição do tema.

Para a análise dos artigos, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), cujo método consiste em seguir um modelo sistemático de análise, escolhendo e selecionando o material desejado, questionando os objetivos e não se limitando apenas aos conteúdos, mas também se atentando aos significados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa estão apresentados abaixo, cujos aspectos envolvem, principalmente o comportamento de publicações sobre Governança na Educação Básica no Brasil e a descrição e conteúdo dos artigos analisados.

Quadro 2 – Comportamento de publicações sobre Governança na Educação Básica no Brasil.

| Ano de Publicação | Quantitativo de artigos publicados | Temas predominantes |
|--------------------------|---|--|
| 2022 | 1 | Financiamento da educação básica, políticas educacionais, políticas públicas, multidisciplinaridade |
| 2021 | 1 | Políticas públicas, Políticas educacionais, Educação brasileira. |
| 2020 | 1 | Estado avaliador, Sistema de avaliação, educação, básica, accountability. |
| 2019 | 2 | Política de Formação de Professor, Brasil, Enquadramentos, BNCC, Programa de Residência Pedagógica, Discursos, Educação Rural e do Campo, Epistemologia, Geografia do Desenvolvimento. |
| 2018 | 1 | Educação, Direitos, Brasil, Guiné-Bissau. |

| | | |
|------|---|---|
| 2014 | 1 | Subsídio público, Charter, Contratos, Privatização, School-choice, Educação. |
| 2013 | 1 | Desigualdade das condições de oferta de ensino, Qualidade do ensino, Sistema público de educação básica, Políticas educacionais |

FONTE: Quadro elaborado pela autora (2022)

Foram selecionados 20 artigos para a fase de pré-análise, seguindo o que orienta Bardin (2016). O Quadro 3 a seguir exhibe os artigos que mais se destacaram e receberam uma interpretação mais criteriosa e detalhada diante de sua maior aderência à proposta deste estudo, envolvendo Governança Pública e Educação Básica no Brasil. Os artigos selecionados compreendem o período de 2013 a 2022, apresentando como temas recorrentes a Educação Básica no Brasil e as Políticas Públicas Educacionais.

Quadro 3 – Descrição e conteúdo dos principais artigos analisados

| Título Ano de Publicação e Autores | Abordagem Metodológica e Método | Palavras-chave | Contribuições científicas | Lacunas para pesquisas futuras na Literatura |
|---|--|---|---|---|
| Os desafios do financiamento da educação básica no Brasil na perspectiva multidisciplinar. (TRIPODI; PERES; ALVES, 2022) | Teórico-conceitual. | Financiamento da educação básica, políticas educacionais, políticas públicas, multidisciplinaridade | Apresenta as contribuições dos 10 artigos aprovados no dossiê <i>vis-à-vis</i> aos desafios atuais do financiamento da educação no Brasil. | Acompanhar, avaliar, analisar o processo, os recursos da educação, a qualidade da oferta e sua adequação à demanda para que possamos ser um país mais justo, menos desigual, e que garanta equidade social e racial na educação de nossas crianças, jovens e adultos. |
| POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL. (SILVA; NUNES, 2021) | Pesquisa documental | Políticas públicas, Políticas educacionais, Educação brasileira. | Destacar a importância do PNE e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. | Sentido a discussão apresentada em torno da valorização profissional torna fundamental a instituição do Sistema Nacional da Educação, com vistas à efetivação das diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE em vigência. |
| Contornos do Estado Avaliador no Brasil. (SCHNEIDER; RIBEIRO, 2020) | Teórico-conceitual, explanatória | Estado avaliador, Sistema de avaliação, educação básica, accountability. | Análise da política educacional e de seus mecanismos fundamentais. | A necessidade de aprofundamento do debate acadêmico sobre o Estado, considerando a redefinição de suas funções mediante a formação de parcerias público-privadas sob um outro estatuto de governança. |
| A Nova Política de Formação de Professores no Brasil: Enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica. (GUEDES, 2019) | Teórico-conceitual, explanatória. | Política de Formação de Professor, Brasil, Enquadramentos, BNCC, Programa de Residência Pedagógica. | A Nova Política de Formação de Professores, no Brasil, e os enquadramentos dessa Política na Base Nacional Comum Curricular- BNCC e no Programa de Residência Pedagógica – PRP. | A mobilização social se constitui um pressuposto político necessário para a constituição de um ambiente de diálogo crítico, tendo em vista o (re)conhecimento das singularidades, especificidades, dificuldades e conquistas nas políticas educacionais, cujas ações emergem do cotidiano das instituições de ensino pela participação de seus profissionais. |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| O DESENVOLVIMENTO RURAL NOS DISCURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. (LUTHER; GERHARDT, 2019) | Teórico-conceitual. | Discursos, Educação Rural e do Campo, Epistemologia, Geografia do Desenvolvimento. | Produzir o discurso na educação que institucionaliza diferentes modelos de desenvolvimento rural, territorial e sustentável a partir de programas do MEC e do MDA. | O que a academia precisa propor é uma prática de estudo que se torne horizontalizada, não visando o lucro de uma ou outra empresa monopolista e monocultora e sim focar na biodiversidade, na agrofloresta, no sistema de plantio multicultor e no enriquecimento dos atores diretamente envolvidos na produção familiar e local. |
| DA GUINÉ-BISSAU AO BRASIL: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação. (REHDER; SILVA; MONTEIRO, 2018) | Análise documental e entrevistas semiestruturadas. | Educação, Direitos, Brasil, Guiné-Bissau. | Trazer uma reflexão comparada sobre os Impactos da instabilidade política (com a transição não democrática de governos) na manutenção dos princípios constitucionais para o direito a educação na Guiné-Bissau e no Brasil. | É comprovada a hipótese de que os impactos na realização do direito a educação, devido à instabilidade política nos dois países, constituem indícios para maior aprofundamento e investigação posterior, a fim de contribuir para a produção acadêmica em educação e podendo constituir importante subsídio de resistência ante os retrocessos na Guiné-Bissau e no Brasil. |
| Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. (ADRIÃO, 2014) | Teórico-conceitual, explanatória | Subsídio público, Charter, Contratos, Privatização, <i>School-choice</i> . Educação. | A intenção trazer para a pauta do debate acadêmico no Brasil um tema que tem orientado muitos programas educacionais nos EUA e que entre nós tem sido sugerido por diferentes instituições privadas com inserção na agenda educacional brasileira: <i>as charters schools</i> . | Acredita-se ser necessário estudos que se debrucem sobre a natureza e as consequências para a extensão do direito à uma educação de qualidade de todos programas governamentais que Transfiram a gestão da educação para setores privados. |
| Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. (ALVES; SILVA, 2013) | Análise descritiva e quantitativa | Desigualdade das condições de oferta de ensino, Qualidade do ensino, Sistema público de educação básica, Políticas educacionais. | Descrever alguns aspectos da estratificação das oportunidades educacionais vigentes no Brasil nas dimensões do acesso e das condições de oferta de ensino. | Observa-se ainda pequeno número de grupos de pesquisas voltados para análises quantitativas no âmbito da pós-graduação em educação, o que acaba gerando uma situação de subutilização do grande volume de dados educacionais disponíveis para pesquisa. |

FONTE: Quadro elaborado pela autora (2022)

Os artigos analisados, em sua maioria, são pesquisas teórico-conceituais, com exceção apenas do artigo “Da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação”, dos autores Rehder, Silva e Monteiro (2018),

o qual também utiliza entrevistas semiestruturadas. Alguns autores mostram as lacunas para pesquisas futuras, como: a baixa quantidade de pesquisas em determinados pontos, a falta de pesquisas quantitativas para apresentar resultados mais precisos e a sugestão de mais debate sobre a temática.

Cada artigo mostra as peculiaridades dos problemas gerados na área educacional, reforçando que a temática ainda tem múltiplos desafios a serem vencidos e fenômenos a serem estudados, desnudando a ineficiência do sistema de Governança Pública na Educação no Brasil. Os temas abordados não se repetem, tendo cada artigo uma abordagem específica dos problemas existentes que precisam ser solucionados. Cada pesquisa tem sua relevância para melhorar a Governança na área educacional, demonstrando o quanto é importante o acompanhamento contínuo das adversidades que aparecem a cada dia e da busca incessante por soluções efetivas.

O artigo “Da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação”, mostra a realidade dos dois países que passaram por crises políticas internas. No caso da Guiné-Bissau foi necessário uma intervenção internacional para garantir que a Governança e a segurança dessem efetividade à educação, contrariando os Planos de ações daquele país. Já no Brasil, com o *Impeachment*, o PNE foi atingido bruscamente com o congelamento dos gastos em educação (REHDER; SILVA; MONTEIRO, 2018). Sabemos que a Educação Básica no Brasil sofre com essas modificações nos Planos de Ação, as quais, muitas vezes, seguem ideologias políticas momentâneas.

Esses Planos de Ação não conseguem manter-se ao longo dos anos e isso faz com que o planejamento seja resetado, quebrando a rotina de um trabalho já executado. Diante dos contrastes durante a evolução da Educação no Brasil, o autor (MARQUES, 2014) mostra que os Planos de Ações Educacionais do país apresentaram descontinuidade, o que trouxe limitações e pouca expansão social, gerado mais exclusão do que inclusão social. Partindo do pressuposto de que a sociedade é plural e de que a escola deve formar cidadãos capazes de ter pensamento crítico e participativo na sociedade, os métodos de avaliação dos alunos, precisam ser mais amplos. Deve-se observar e medir os impasses que envolvem cada indivíduo e o meio em que o mesmo está inserido. Então, os métodos de quantificação da qualidade devem ser repensados.

A Governança Pública Educacional não consegue seguir à risca o que as leis vigentes preconiza, os estudos direcionados a esse tema ainda são tímidos e a diversidade de problemas sociais existentes no Brasil deixa a elaboração de Políticas Públicas Educacionais mais complexas (OLIVEIRA; NUNES; GUERRA, 2020). Modelos de Governança foram criados para democratizar a participação dos autores envolvidos, como a Governança Multinível, a qual

traz interação entre os Governos e distribui responsabilidades compatíveis com cada ente Federativo (BRASIL, 2014).

Quando se observa a menção sobre Planos de Ação, se remete logo às soluções que devem ser propostas, e isso acontece quando se cria políticas públicas capazes de sanar as desigualdades e limitações do sistema educacional. Os desafios são diversos e vão surgindo ao longo dos anos. Se observou nos artigos “Os desafios do financiamento da Educação Básica no Brasil na perspectiva multidisciplinar”, “Políticas Públicas como instrumento de valorização docente no Brasil” e “Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos” a apresentação dos contextos multidisciplinares, abordando as Políticas Públicas e as Políticas Educacionais enfrentadas ultimamente pelo Brasil, cujas elaborações funcionam para atender cada dificuldade apresentada nas diversas realidades e contextos. Portanto, para que se tenha uma educação sustentável e inclusiva, deve-se investir em qualidade, equidade e melhorias contínuas (COSTIN, 2020). Não adianta criar soluções passageiras, é necessário acompanhar o tempo todo as mudanças que envolvem o ensino, bem como a sociedade, pois a inclusão depende muito do reconhecimento das dificuldades e da busca de soluções inteligentes para as mesmas.

Alguns questionamentos acabam sendo recorrentes: A forma de avaliar se o ensino tem qualidade ou não deixa arestas para que as escolas, em busca de melhores resultados, manipulem os resultados conforme seus interesses para manter uma boa nota e, conseqüentemente, alcance as metas? Como pode um ensino ser medido apenas com a avaliação de duas disciplinas (Português e Matemática) e a média de aprovação/reprovação, esses dados são suficientes para afirmar se as escolas estão sendo eficientes na qualidade do ensino ofertado?

Schneider e Ribeiro (2020) discutem as formas de Avaliação no Brasil, mostrando qual a responsabilidade do Estado enquanto regulamentador das Normas, as quais possam garantir uma boa Governança. Eles ainda sugerem a necessidade de se criar novos caminhos, como as parcerias público-privadas, guiados por um novo estatuto de Governança.

Tratando desse ponto, o autor Machado (2007) mostra que para obter os resultados desejados na educação, torna-se necessário: estreitar o diálogo entre os atores envolvidos (Governo e rede de ensino); as políticas públicas precisam ser efetivas, respeitando a realidade do momento; os meios de avaliação devem estar focados nos resultados, sejam eles positivos ou não; e que haja investimento para capacitar os professores, os quais são peças-chave na execução das Políticas Públicas criadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao objetivo da pesquisa que foi analisar o Estado da Arte voltado à associação temática de Governança Pública da educação básica no Brasil, a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura no Portal de Periódicos da CAPES, pode-se observar nas análises que ainda não foi possível se chegar a uma Educação nos moldes das Metas e Diretrizes traçadas pelos Planos de Ação e Leis vigentes, os quais deveriam contribuir diretamente para melhorar a qualidade do Ensino brasileiro ofertado e da vida em sociedade das pessoas.

Em se tratando do material pesquisado, houve dificuldade para abordar e discutir a baixa quantidade de artigos envolvendo a conexão entre os temas Governança Pública e Educação Básica no Brasil, apesar de tão relevante para compreender melhor aspectos-chaves e estratégicos voltados a políticas e governança na Educação Básica no Brasil. Aprofundar as pesquisas sobre a temática é essencial para achar alternativas efetivas para os problemas crônicos. Não adianta adaptar a Legislação, Metas e Diretrizes às realidades existentes se na hora de executar o planejamento não houver integração, comunicação e compromisso no processo e entre os atores envolvidos.

Considerando que a Educação é o ponto de partida para que o indivíduo faça parte ativamente da sociedade e que sem ela as pessoas passam a ser notadas apenas como estatísticas, observa-se que nosso sistema educacional é frágil e defasado desde o início da colonização. As formas de inserir o cidadão no mundo da Educação foram seletivas, priorizando as camadas mais privilegiadas, demorando muitos anos até se tornar mais acessível à todos os lugares e classes sociais.

Hoje a acessibilidade é maior, porém sofre com a falta de uma boa execução das diretrizes planejadas. O Ensino Básico sofre com as limitações e dificuldades existentes no país, já que a pluralidade nos traz muitos desafios a serem solucionados, tais como: reprovação e evasão escolar, acessibilidade à escola, suporte estrutural e de qualidade de maneira equânime, falta de investimentos financeiros contínuos, falta de qualificação dos profissionais da educação e, principalmente, falta de gestão realizada por uma equipe técnica. O ideal é ter profissionais habilitados na área de gestão é primordial, desde o planejamento até o acompanhamento dos resultados, pois só assim será possível conseguir resultados positivos, transformando a vida dos cidadãos que dela precisa, para serem inseridos na vida social de forma justa.

Outro dilema que existe diz respeito ao financiamento da educação básica. Desde que a Constituição de 1988 foi criada, os Municípios tiveram autonomia para direcionar recursos na área da Educação Básica, porém não são os provedores financeiros majoritários. As verbas, em sua grande

parte, são oriundas da União, o que dificulta a execução dos seus respectivos planejamentos, tendo em vista que esses repasses oscilam de acordo com os altos e baixos da economia. Temos como exemplo o período da Pandemia, onde os recursos foram reduzidos drasticamente, comprometendo a oferta de ensino com qualidade.

Diante do exposto, não foi possível identificar resultados consistentes sobre planejamento, execução e continuidade dos Planos de Ação existentes. Como observado, as diretrizes e metas não conseguem ser implementadas como deveriam e isso pode ser devido ao fato de o Brasil ser um país multicultural, caracterizado por múltiplos contextos, onde os desafios são distintos e complexos. As políticas públicas criadas parecem não dar conta da complexidade que a realidade demanda, ainda faltando uma relação harmônica entre os responsáveis pela elaboração dos Planos de Ação e os executores. É preciso deixar de lado as ideologias mais íntimas e trabalhar pelo coletivo, fazendo as metas serem alcançadas de fato, e consequentemente, transformando a vida das pessoas.

Como continuidade nos estudos sobre o tema, tendo em vista que as falhas da Governança na Educação Básica do Brasil têm se mostrado crônicas e carecem de reparos urgentes, sugere-se que estudos futuros sejam focados em mais pesquisas quantitativas aprofundadas sobre a governança pública e políticas públicas educacionais voltadas à educação básica, bem como envolvendo uso de indicadores de avaliação de políticas educacionais com vistas a aprimorar o ciclo de gestão das políticas. A sociedade precisa de resultados na área educacional com mais consistência, com escolas públicas ofertando ensino de qualidade e que estejam aptas a formar indivíduos capazes de mudar a realidade do país para melhor.

REFERÊNCIAS

- ANDRIANI, L. M. H; AZEREDO, A. D. A educação como premissa básica para o efetivo exercício da democracia. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 10, 2020. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsypiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001478305. Acesso em: 25 ago. 2022.
- ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.28, n. esp., p. 263-282, 2014. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsypiv/TN_cdi_crossref_primary_10_14393_REVEDFIL_issn_0102_6801_v28nEspeciala2014_p263a282. Acesso em: 16 set. 2022.
- ALVES, T.; SILVA, R. M. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 851-879, jul./set. 2013. Disponível em:

https://rnp primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_bd467043643549f99fc42697e37322a7. Acesso em: 16 set. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Estabelece a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília, DF: TCU, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/16/B0/CB/52/F8488710D5D7F787E18818A8/Referencial%20para%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Governan%C3%A7a_web.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança multinível em políticas públicas descentralizadas**. Brasília: TCU: Secretaria-Geral de Controle Externo: Secretaria de Controle Externo da Educação, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7AB5B041017B596DEF666EDE>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTIN, C. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 43-51, 2020. Disponível em: https://rnp primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_092f91b6383d4beeb9ca406ba93adcc4. Acesso em: 16 ago. 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: https://rnp primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_cae3fdca748c41eabdec14589cf81262. Acesso em: 15 ago. 2022.

GIL, N. L. A Quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, p. 184-209, jan./abr. 2021. Disponível em: https://rnp primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_049444d1541148669d800e027b98b797. Acesso em: 17 ago. 2022.

GUEDES, M. Q. A nova política de formação de professores no Brasil: enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica. **Revista Da Investigação às Práticas**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 90-99, 2019. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_scielo_journals_S2182_13722019000100009. Acesso em: 16 ago. 2022.

MACHADO, N. J. Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 277-294, 2007. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_fd6e41e697ef429f8a91c9deaacbecbf. Acesso em: 25 jul. 2022.

MARQUES, W. Brasil, terra de contrastes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 749-771, nov. 2014. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_880853b6ab1c43e383236d20a668c560. Acesso em: 25 ago. 2022.

MEDEIROS, M. L. *et al.* Administração e políticas públicas em educação: uma revisão sistemática da produção do EnAPAD e do EnaPG de 1997 a 2009. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 39-60, maio/ago, 2011. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_5e2da501211a43bcacb36f01acb06ad0. Acesso em: 17 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. S. F.; NUNES, A.; GUERRA, M. Construção de um instrumento de medida da governança na educação básica do Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 170-192, set./dez. 2020. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_22561_cvr_v31i2_6034. Acesso em: 17 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. M. As origens da Educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/primoexplore/fulldisplay?docid=TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_2a68c6a4ece64d238102fc43816d9107&vid=CAPES_V3&search_scope=default_scope&tab=default_tab&lang=pt_BR&context=PC. Acesso em: 15 ago. 2022.

REHDER, M.; SILVA, R.; MONTEIRO, T. N. F. G. D. S. Da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 962-979, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VfhbcHmQV6ZqvgTh6LBTCVM/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RESENDE, J. M.; SCHILLING, F. Quando as escolas públicas se põem à prova da inclusão escolar: sobre as artes de fazer o comum – plural – nas escolas, em busca do justo. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.20, n. 2, p. 301-304, abr./jun. 2018. Disponível em: https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_a710a033b378448aacb763670a42ed21. Acesso em: 16 ago. 2022.

PRADEL, C.; DAÚ, J. A. T. A Educação para valores e as políticas públicas educacionais.

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 521-548, jul./set. 2009. Disponível em:
https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_scielo_journals_S0104_40362009000300007. Acesso em: 15 ago. 2022.

SCHNEIDER, M. P.; RIBEIRO, E. R. O. Contornos do Estado avaliador no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 31, n. 78, p. 723-741, set./dez. 2020. Disponível em:
https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_4f8c4efa52ac4cbe80d38e687148ece1. Acesso em: 16 ago. 2022.

SILVA, D. O. V; NUNES, C. P. Políticas Públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156, maio 2021. Disponível em:
https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001477714. Acesso em: 17 set. 2022.

TRIPODI, Z. F.; PERES, U. D.; ALVES, T. Os desafios do financiamento da educação básica no Brasil em perspectiva multidisciplinar. **Arquivos de Análise de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 30, n. 45, abr. 2022. Disponível em:
https://rnpprimo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_14507_epaa_30_7440. Acesso em: 25 jul. 2022.